

Keynes e a velha tradição do ciclo

ANTONIO BARROS DE CASTRO *

1 — Introdução

Keynes não desconhecia os teóricos do ciclo. A seu respeito declara mesmo encontrar-se “em forte simpatia com a escola de autores — Baranovsky, Hull, Spiethoff e Schumpeter —, dos quais Baranovsky foi o primeiro e o mais original, e, especialmente, com a forma que a teoria toma nos trabalhos de Baranovsky” [Keynes (1971b, pp. 89-90)].

A *Teoria Geral*, no entanto, não faz qualquer menção aos teóricos do ciclo. Ali, a alternativa aos “clássicos” pareceria ser “o bravo exército de heréticos”, que vai de Mandeville a Hobson [Keynes (1973a, p. 371)]. E isto não obstante o reconhecimento por parte de Keynes de que, “desde que pretendemos haver mostrado nos capítulos precedentes o que determina o volume de emprego a cada momento, segue-se, se estivermos certos, que nossa teoria tem que ser capaz de explicar o fenômeno do ciclo” [Keynes (1973a, p. 313)].

A omissão feita por Keynes desdobra-se como uma cortina de silêncio em seus discípulos. A tal ponto que mesmo aqueles que, como Minsky (1975, esp. pp. 60-1 e 131), defendem a retomada de uma “perspectiva cíclica” — definida em termos praticamente idênticos aos da velha tradição do ciclo — fazem questão de ignorá-la.¹

Esta atitude, além de injusta (e provinciana),² parece-me haver tido graves conseqüências. De fato, as derrotas amargadas pelos keynesianos a partir dos anos 60 explicam-se, parcialmente, por sua incapacidade de perceber que as economias capitalistas — e a norte-americana em particular — continuavam a estar sujeitas à ação de mecanismos cíclicos [Castro (1979a)] familiares à tradição que se estende de Marx e Baranovsky a

* Do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

¹ Recentemente, o Capítulo 22 da *Teoria Geral* veio a ser confrontado — unicamente — com os clássicos (no sentido de Keynes), apesar de ser por todos admitido que o universo ortodoxo não comporta o ciclo, senão como desvio ou acidente [cf. Keller e Carlson (1982)].

² A *Teoria Geral*, produzida no “vácuo intelectual” da Cambridge de seu tempo, também omite, por exemplo, a copiosa produção daqueles que — antes de 1936 — defendiam políticas contracíclicas a partir do gasto e, mais precisamente, do *deficit* público [cf. Garvy (1975)].

Mitchell. Estes mecanismos, também ignorados pela ortodoxia, haviam sido banidos do campo da teoria econômica em 1936.³

Nas páginas que se seguem, busco recuperar algumas idéias centrais da velha tradição do ciclo. O trabalho recorre livremente ao acervo de idéias por ela acumulado, não havendo portanto pretensão de fidelidade a autores ou tendências. Como recurso de exposição, trato de contrastar, inicialmente, a tradição do ciclo e os “clássicos” (aqui referidos como ortodoxos). Este expediente, que rendeu tantos serviços (e não poucas dores de cabeça) a Keynes, será seguido de uma contraposição da *Teoria Geral* com a velha tradição do ciclo. Pretendo, então, deixar claro que, neste caso pelo menos, as deficiências do keynesianismo não devem ser atribuídas a epígonos e bastardos.

2 — Tradição do ciclo *versus* ortodoxia

Na visão ortodoxa, a economia é encarada como um sistema de trocas, ao qual se acrescenta um meio de pagamento: a moeda. Neste contexto, em que renda implica gasto, não podem em princípio verificar-se crises, e a economia, assegurada a flexibilidade dos preços e salários, não tem por que afastar-se do pleno emprego [Davidson (1978, pp. 144-5 e 154-5)].

A tradição do ciclo, em contraposição, não pensa a economia em termos “reais”. Mais precisamente, a moeda não é um mero elo na cadeia econômica: uma vez vendida a mercadoria, ela passa a existir, para o ex-proprietário, sob a forma monetária, e o seu destino não é, necessariamente, a aquisição de outra mercadoria. Ao oferecer aos seus detentores a possibilidade de um refúgio (ou suspensão do poder de compra), a moeda permite, em suma, a ruptura da cadeia econômica — o que introduz, no dizer de Marx, a *possibilidade* das crises [Kenway (1980)].

A presença ativa da moeda, magnificada pela ação dos bancos, ocupa um lugar de destaque nas teorias do ciclo. Cassel, para quem “o mundo de negócios em sua totalidade descansa sobre a base da liquidação pontual das obrigações vencidas” [Cassel (1946, Livro IV, Cap. XIX, p. 553)], coloca a moeda e os bancos no cerne da dinâmica cíclica. De sua parte, Schumpeter (1957, p. 133) atribuiria ao mercado de dinheiro o papel de “estado maior do sistema capitalista”.

Nestes como nos demais integrantes da tradição teórica aqui focalizada o ciclo não é, contudo, um fenômeno apenas monetário.⁴ Para eles, a

³ Concorde, pois, com Shackle (1967, pp. 266 e segs.), ao afirmar que o surgimento da *Teoria Geral* marca “o início do fim da teorização sobre os ciclos”, e também com o seu desapareço pelos modelos de ciclos keynesianos-kaleckianos, ainda que nem sempre pelas mesmas razões [cf. Castro (1979b)].

⁴ O que implica a exclusão do grupo aqui tratado e, entre outros, de Hawtrey.

economia muda ao se expandir, bem como ao se retrair. E isto porque os setores (indústria *versus* finanças; departamento produtor de bens de consumo *versus* departamento produtor de meios de produção; atividades inovadoras *versus* atividades tradicionais) e as rendas (lucros *versus* juros *versus* salários) têm trajetórias e ritmos próprios ao longo do ciclo. Destes movimentos, não raro conflitivos, resultam situações que, sistematizadas, compõem as chamadas “fases” do ciclo.

Esta abordagem, que privilegia as estruturas, as defasagens e as tensões, encontrava-se já plenamente estabelecida em Baranovsky. Para ele, as indústrias de base, os lucros e os salários (massa) são elementos pró-cíclicos. Outras atividades e rendas, em contraposição, são relativamente estáveis. Os juros sobre títulos do Estado e sobre hipotecas, por exemplo, são rendas acíclicas, operando, em conseqüência, como amortecedores conjunturais. As relações entre elementos com hipersensibilidade cíclica e fatores ciclicamente neutros fornecem o material com que ele constrói a sua mais imponente obra [cf. Baranovsky (1913)].

Para um ortodoxo, em contraste, a evolução da economia é um movimento homogêneo. Mais precisamente, permanecendo constantes as preferências intertemporais (consumo presente *versus* consumo futuro) e o gosto dos consumidores, a duplicação do tamanho de uma economia ocorreria mediante a duplicação de seus elementos. A convicção é explicitada por Marshall (1956, p. 107), segundo o qual, “se pudéssemos repentinamente dobrar o poder produtivo do país, duplicaríamos a quantidade de mercadorias em todos os comércios; mas, com a mesma ocorrência, dobrávamos o poder aquisitivo. Todos teriam uma demanda duplicada, assim como uma oferta duplicada; todos poderiam comprar duas vezes mais, porque teriam o dobro para oferecer em troca”.

Esta proposição de Marshall (em última análise mais uma formulação da Lei de Say) não poderia ficar mais distante da tradição do ciclo, para a qual a expansão acarreta desproporções e desequilíbrios, causando tensões na estrutura e incitando reações contrárias.

3 — Keynes e keynesianos *versus* tradição do ciclo

Não obstante ter a crise como um estágio a que a economia chega levada por seus impulsos internos, os teóricos do ciclo foram acusados de não se terem libertado da famigerada Lei de Say [cf. Hansen (1953, Cap. I)]. Numa passagem que sintetiza críticas encontráveis em diversos outros autores, Metzler (1947) enfatiza que nas velhas teorias do ciclo “era feita a tácita suposição de que uma mudança na produção cria uma *correspondente mudança na demanda* por esta produção. Esta aceitação da Lei de Say dava uma exagerada aparência de instabilidade ao sistema econômico, e fazia *necessário introduzir fatores limitativos* para explicar os pontos de reversão nos ciclos”.

A acusação de Metzler encobre sérios mal-entendidos que caberia aqui esclarecer. Para tanto, faz-se necessária, porém, uma pequena digressão.

Diversas vezes Keynes assinalou que, para os ortodoxos, o nível de atividades é dado (ainda quando esta premissa não chegue, em regra, a ser explicitada). Com isto ele pretende destacar que “a suposição normal da teoria clássica é de que um aumento no investimento envolve uma *diminuição do consumo*” [Keynes (1973c, p. 26, grifos originais)]. O realce dado pelo autor a esta suposição decorre, seguramente, de sua própria experiência: Keynes movia-se ainda dentro deste círculo de giz nas páginas do *Treatise*.

O multiplicador de Kahn viria libertar Keynes da referida premissa ortodoxa. Através dele é identificado um mecanismo que vincula a variação do consumo à do investimento. Ambos se movem na mesma direção, daí resultando variações globais do emprego e do produto.

A renda adicional, resultante da ação do multiplicador, deverá exceder significativamente o acréscimo de investimento (ou gasto público, ou exportações). Mas é fundamental frisar que não existe aqui um autêntico processo cumulativo. Melhor dito, somente o consumo se expande cumulativamente — e, ainda assim, a taxas decrescentes. Quanto ao gasto inicial, permanece “autonomamente” determinado. Em tais condições, o impulso expansivo está condenado a esgotar-se, cabendo ao multiplicador explicar a passagem da economia de um a outro nível de emprego ou atividade.

Na tradição do ciclo, em contraposição, a existência de maior ou menor margem de desemprego — equivalente a um certo grau de *folga* no sistema — constitui uma premissa, ou melhor, uma constatação inicial. Por outro lado, admite-se a operação de processos cumulativos plenos.

Concretamente, diz Baranovsky (1913, pp. 257-8 e 264), a expansão é um processo “contagioso”, “que se transmite de um ramo industrial a outro”, em decorrência de sua “dependência recíproca”. Em tais condições, “o primeiro passo é o único difícil”. Significa isto (como pretende Metzler) que uma mudança na produção cria correspondente demanda por esta produção? De maneira nenhuma.

Recordemos algumas distorções inerentes aos processos expansivos e caracteristicamente realçadas pela tradição do ciclo:

a) Ao longo da expansão, determinados ramos — sobre os quais incide a demanda *derivada* do crescimento dos demais — devem se expandir mais que proporcionalmente (Baranovsky refere-se à indústria do ferro como um caso típico). O crescimento acelerado destas atividades nodais, justificado pela convergência sobre elas de encomendas oriundas das demais atividades, expõe esta região do aparelho produtivo a uma instabilidade que pode ser prevista, mas não evitada.

b) As transações com duráveis, por estabelecer compromissos intertemporais entre os agentes econômicos, mereceram em regra um grande

destaque nas teorias dos ciclos. Além disso, como vimos, foi desde cedo reconhecido que, na cadeia de reações deflagrada pelo crescimento, as pressões rápida e concentradamente deslocam-se para a base [Baranovsky (1913, pp. 252-3)], onde são requeridos investimentos de longo prazo de maturação. Não deve, pois, surpreender a importância verdadeiramente estratégica atribuída às condições de liquidez e crédito na tradição do ciclo.⁵ Ocorre, porém, que o sistema financeiro opera com uma lógica e um *timing* próprios. Nada garante, numa palavra, que a capacidade — e disposição — dos banqueiros no sentido de prover recursos financeiros coincida com as necessidades derivadas da expansão e amplificadas pela especulação. As rédeas creditícias podem, em suma, ser subitamente encurtadas, em função de dificuldades — ou mesmo apreensões — surgidas no sistema de crédito. Na situação assim criada, a rede de compromissos financeiros é subitamente posta em xeque. Desliza-se então, facilmente, para um quadro em que os negócios especulativos estouram como “bolhas de sabão” (a expressão é de Marx), a liquidação de ativos e a venda para cancelar dívidas tornam-se práticas correntes — e a situação escapa a qualquer controle.

c) A produtividade do trabalho e o próprio rendimento das instalações industriais variam ao longo do ciclo. Na recuperação, por exemplo, a reabsorção de capacidade ociosa, combinada com abundância de mão-de-obra, permite que a produtividade cresça à frente dos salários. Esta defasagem dos salários, reflexo da abundância de mão-de-obra, facilita a acomodação estrutural imposta pelo crescimento mais do que proporcional dos investimentos. Posteriormente, esgotado o exército de reserva, as empresas passam a disputar os trabalhadores e, nestas condições, tendem a recrudescer as reivindicações operárias, enquanto possivelmente se reduz o rendimento das plantas. Estes fenômenos, em boa medida antecipados por Marx, foram atentamente estudados por Mitchell. Entre suas prováveis conseqüências encontram-se tanto a compreensão dos lucros quanto a exacerbação das atividades especulativas [cf. Moore (1973)].

⁵ Advirta-se que a evolução do crédito e dos juros é em geral tratada, na tradição do ciclo, através de alguma versão da insustentável teoria dos “fundos emprestáveis”. Por outro lado, segundo Minsky as finanças teriam grande relevância na concepção keynesiana do ciclo — donde se presume que o seu desaparecimento nos modelos cíclicos, a partir de 1936, constituiria mais uma traição ao mestre. A posição de Minsky é, no entanto, seguramente equivocada. Keynes absolutamente não realça as finanças em suas fragmentárias observações sobre o ciclo. O que ele afirma, mais de uma vez, é que as decisões de poupar não determinam as condições de liquidez da economia, as quais dependem, necessariamente, do sistema financeiro. Isto posto, insiste Keynes (1973c, p. 222) em que “haverá sempre poupança *ex post* exatamente suficiente para compensar o investimento *ex post* e, desta maneira, engendrar (*release*) as finanças que o investimento estava anteriormente usando”. A proposição, que apenas expressa uma convenção contábil, opera como um convite à omissão das finanças na dinâmica cíclica.

Os fenômenos que acabo de sumariar pretendem deixar claro que: a expansão traz consigo desequilíbrios estruturais (também ditos “verticais”); com o prosseguimento da expansão, a lucratividade — especialmente das atividades industriais — tende a ser prejudicada, em decorrência da ação dos diversos fatores (acima assinalados); tende a crescer — a partir de certo ponto — a vulnerabilidade financeira das empresas. Para entendê-lo é, no entanto, preciso ter presente, como repetidamente assinalou Schumpeter, a anatomia da produção.

Por fim, e mais uma vez contrariamente ao que sustenta Metzler, as teorias do ciclo não requeriam a introdução de fatores limitativos — ou tetos — para explicar os pontos de reversão. Longe disto, os elementos que farão as vezes de freio — como, por exemplo, o mercado de trabalho — estão todo o tempo presentes, atuando mesmo, possivelmente em outras fases do ciclo, como fatores de impulsão. É, aliás, a modelística cíclica de inspiração keynesiana que irá difundir o uso de “fatores limitativos”, explicitamente concebidos como “exógenos”.

A propósito ainda das alterações sofridas pelo aparelho produtivo ao longo do percurso cíclico, cabe levantar uma importante questão.

Profundamente crítico em relação ao tratamento dado pela teoria econômica à demanda (que teria sido deixada de lado “por mais de 100 anos”) [cf. Keynes (1973c, p. 119)], ele iria aceitar a tradição cambridgiana no que se refere à oferta. Esta será para ele, segundo declara em resposta a críticas de Robertson, “somente uma reelaboração da nossa velha amiga, a função de oferta” [Keynes (1973b, p. 513)].

O tratamento dado por Keynes aos determinantes da oferta e da demanda agregadas constitui, de fato, uma transposição, para o plano global, da análise marshalliana do equilíbrio parcial realizada por Kregel. Em particular, a curva de oferta agregada relacionará quantidades de trabalho e preços de oferta. Implicitamente, o aparelho produtivo é assim reduzido a uma caixa preta onde entram unidades de trabalho e sai algo especificado (ou medido) através de “preços de oferta”. Omite-se, desta forma, o comportamento diferenciado dos setores, aspecto fundamental na configuração dos “estados” da economia.

A oferta marshalliana catapultada para o plano macro ficou ainda mais pobre. Unidimensional, resta-lhe apenas a equívoca hipótese dos rendimentos decrescentes. Não é, pois, de surpreender que no espaço teórico keynesiano as determinações partam unicamente da demanda. Aplina-se a produção para descobrir, em seguida, que este “plano” indiferenciado não tem propriedades!

Desaparecia, assim, a seminal idéia de que o crescimento capitalista faz-se através de surtos que arrebatam em crises — e que ao longo de cada surto as condições de produção passam de francamente propícias a menos propícias e, por fim, a flagrantemente adversas ao crescimento. E o *ersatz* da modelística cíclica pós-keynesiana não tardaria em impor-se, trazendo consigo, entre outros malefícios, a radical separação entre ciclo e tendência.

4 — Os ciclos na *Teoria Geral*: impasses

Ao tempo em que Keynes, no arsenal de Cambridge, forjava as armas com que pretendia assaltar a cidadela ortodoxa, a teoria dos ciclos encontrava-se em situação verdadeiramente crítica. Antes de mais nada, porque a intensificação dos estudos sobre ciclos nas três primeiras décadas do século resultou no surgimento de diversas “escolas” que disputavam entre si a primazia na explicação das recorrentes flutuações observadas no nível de atividade econômica [cf. Haberler (1941)]. Além disso, porque o extraordinário avanço alcançado no conhecimento empírico das flutuações econômicas, embora houvesse confirmado a existência de regularidades, também deixou claro que os “ciclos” diferem entre si enormemente em intensidade, amplitude e outros aspectos. Em particular, um sério problema viera a se impor para a teoria, bem como para a mera classificação das flutuações. Existiam casos de ondulações suaves, com certo grau de simetria entre as fases alta e baixa e, sobretudo, sem a ocorrência de descontinuidades. Mas havia também casos em que a expansão econômica culminava na euforia, no pânico e no mergulho em situações de “crise geral”. Face a esta pluralidade de formatos do ciclo, Aftalion (1956), por exemplo, privilegiava as oscilações “bem comportadas” ou amortecidas (*damped*). A partir deste enfoque, o ciclo praticamente exclui as “crises” que, para Aftalion, nada mais seriam que “o ponto de intersecção (reversão A.B.C.) no qual a prosperidade passa a depressão” [Mitchell (1968, p. 379)].

Contrariamente, a linha mais fiel a Baranovsky enfatizava a assimetria e as crises que, em suas palavras, “arrebentavam como tempestades”, em meio à prosperidade, “trazendo quebras, desemprego e miséria” [Baranovsky (1913, pp. 150, 152, 166-7 e 174)]. De acordo com o meticuloso Mitchell (1968, p. 379), o “atento estudo dos anais indicaria que a transição sem ruptura era freqüente — talvez mais freqüente que as transições violentas”. Ao que acrescenta: “E há animadores indícios de que a preponderância das suaves transições está se tornando maior” [Mitchell (1968, p. 380)]. Desgraçadamente, no entanto, não apenas para o mundo, mas também para o próprio Mitchell, suas palavras foram publicadas às vésperas de 1929...

Keynes — esta é a minha opinião, que fica aqui apenas sugerida — oscilou entre as duas vertentes, sem conseguir definir-se e, sobretudo, sem conseguir integrar o ciclo à *Teoria Geral*. Assim, ele tenta explicar por que no mundo real os movimentos “tendem a desfazer-se antes de atingir extremos e a reverter” [Keynes (1973a, Cap. 18, p. 250)]. A explicação seria buscada naquilo que o autor denomina “condições de estabilidade”, supostamente responsáveis pela perda de impulso e, por fim, a reversão

dos movimentos de expansão ou contração. Fundamentalmente, caberia ao chamado princípio do ajustamento do estoque de capital – proposição presente em Aftalion e central em Kalecki [cf. Castro (1971b, Cap. V)] – a função de conter e reverter os impulsos.

A suave ondulação assim explicada corresponde à convicção de Keynes (1973a, p. 250) de que “flutuações podem começar bruscamente mas se desgastam antes de atingir extremos, e uma posição intermediária, que não é desesperada nem satisfatória, parece ser nosso destino normal”. O autor da *Teoria Geral* era, porém, demasiadamente ligado ao mundo para satisfazer-se com uma concepção caracterizada pelo simetrismo e pela ausência de crises: uma tentativa de aproximação do mundo real seria levada a efeito no Capítulo 22.

A maneira pela qual é retomada a idéia do ciclo – o ciclo real, e não as flutuações simétricas e desprovidas de extremos anteriormente referidas – foi apontada logo no início do Capítulo 22 por Keynes (1973a, p. 313): “O ciclo deve ser visto, eu penso, como sendo ocasionado pela mudança cíclica da eficiência marginal do capital”. Esta proposição, em que o autor reiteradamente insiste ao longo do capítulo, lhe é fundamental em dois sentidos: primeiramente, porque através dela se pretende vincular o ciclo ao corpo da *Teoria Geral* – e a eficiência marginal do capital havia sido enfaticamente apontada como uma das três “variáveis independentes” do sistema; e tão ou mais importante, sendo a eficiência marginal do capital sensível às expectativas de longo prazo, é natural concebê-la como algo passível de violentas oscilações e, por conseguinte, capaz de trazer para o esquema keynesiano os extremos de que carece a concepção do ciclo esboçada no Capítulo 18.

Há, porém, uma insuperável falha na proposta de Keynes. Para que a eficiência marginal do capital seja capaz de levar a economia a um comportamento cíclico, faz-se necessário (como reconhece Keynes) que ela própria apresente flutuações cíclicas. O autor, porém, visivelmente não consegue fundamentar esta proposição. Nas poucas passagens em que procura fazê-lo, parece hesitar entre uma visão “realista”, na qual a expectativa de rendimentos futuros depende do estoque de capital existente (com o que estamos de volta ao Capítulo 18), e uma visão centrada na especulação e na incerteza, cujas raízes encontram-se no Capítulo 12.

Caberia, aliás, chamar a atenção, a propósito, para uma passagem em que, referindo-se a 1929, afirma Keynes (1973a, p. 323) que “a taxa de juros era alta o suficiente para conter novos investimentos, exceto naquelas direções que se encontravam sob influência da excitação especulativa”, e que uma taxa “suficientemente elevada para deter a especulação teria brechado, ao mesmo tempo, qualquer tipo de investimento razoável. Como se vê, o *boom* é aqui ameaçado não pela queda da eficiência marginal do capital, mas sim por uma complicação mais sutil e mais verdadeira: os negócios especulativos permitem pagar juros que os “investimentos razoáveis” não suportam. Esta situação, antecipada em textos de

Marx e realçada por Baranovsky (1913, esp. pp. 254-5), encontra-se de corpo inteiro retratada por Cassel (1956), numa das mais acabadas formulações alcançadas pela tradição do ciclo.

Não logrando (e nem sequer seriamente tentando) mostrar que os ciclos, de acordo com sua proposta, seriam efetivamente ocasionados pela flutuação da eficiência marginal do capital, restaria a Keynes (1973a, p. 315) insistir em que as expectativas de longo prazo, “baseadas em informações mutáveis e não confiáveis, encontram-se sujeitas a súbitas e violentas mudanças”. Conseqüentemente, os investimentos, que delas dependem, devem ser considerados eminentemente voláteis — como não se cansa o autor de repetir, em sua famosa síntese de 1937 [Keynes (1973c, pp. 109-23, esp. p. 121)].

A tese da volatilidade das expectativas, por sua vez, parece haver levado Keynes em duas direções.

A primeira consiste em realçar a importância do estado de espírito dos homens de negócio. Visto por este ângulo, o *boom* seria uma fase de predomínio de ilusões quanto à rentabilidade das aplicações: “Quando vem a desilusão, esta expectativa é substituída pelo seu contrário, o ‘erro do pessimismo’ . . .” [Keynes (1973a, pp. 321-2)].

Sem constituir um corpo estranho na obra de Keynes, o realce às chamadas “ondas de psicologia irracional” oferecia a Keynes um caminho fácil (e muito batido em Cambridge) que não parece, contudo, levar a parte alguma. Por esta via a questão dos ciclos praticamente escapa ao alcance da economia, e as fases do ciclo, quando referidas, serão caracterizadas — ou melhor, reduzidas — a estados de espírito dos homens de negócios. Torna-se então difícil ir muito além de Pigou e suas observações a respeito da “interdependência psicológica”, ou de Marshall e sua exaltação da confiança, “varinha mágica” (a expressão é dele, Marshall) do mundo dos negócios.⁶

A segunda direção consiste em realçar — sob o rótulo “incerteza” — a irredutibilidade da nossa ignorância do futuro. O conceito de incerteza revelou-se fecundo no que tange às teorias de Keynes acerca da moeda e, em particular, dos juros; o mesmo, contudo, não pode ser dito a respeito de suas esparsas observações sobre as implicações da incerteza para o comportamento da economia como um todo. Assim, por exemplo, as afirmativas de que, se “nosso conhecimento do futuro fosse calculável e não sujeito a súbitas mudanças”, será razoável supor que “a totalidade dos recursos disponíveis seria normalmente empregada” e “as condições

⁶ Um tardio (e anacrônico) eco desta postura tipicamente cambridgeana pode ser encontrado em Robinson e Eatwell (1973, p. 50), onde se diz que: “Uma depressão (*shump*) é uma situação de auto-alimentado pessimismo, na qual os lucros são baixos porque o investimento está a um baixo nível, porque se espera que os lucros sejam baixos”.

requeridas pela ortodoxia seriam satisfeitas" [Keynes (1973c, p. 119)] surgem como algo solto e infundado — como logo advertiu o diligente Kahn.⁷

Além disso — e indo agora ao principal —, se os agentes econômicos efetivamente agissem como se a cada momento qualquer mudança pudesse ocorrer, a economia haveria de proceder como um caleidoscópio.⁸ Se, porém, o comportamento da economia apresenta, contrariamente, cadência e regularidade num grau suficiente para que se possa falar em ciclos (Keynes estaria seguramente de acordo com isto), há que convir que a incerteza — não obstante inerente ao comportamento humano — não impede que os agentes econômicos se comportem de forma (em alguma medida) predizível.

Keynes tenta contornar a dificuldade lembrando que os indivíduos atribuem ao "julgamento convencional" (dos demais) um valor que a experiência prática comprova. Tal procedimento teria por base a sabedoria popular, que nos diz ser "melhor para a reputação errar convencionalmente do que acertar de maneira inconventional" [Keynes (1973c, p. 114, e 1973a, p. 158)]. Ocorre, porém, que, se não soubermos como *se forma* o "julgamento convencional", estaremos diante de uma "solução" por deslocamento do problema, ou seja, de uma pseudo-explicação.

Além disso, faltaria ainda explicar como a incerteza e/ou a convenção que a substitui se coadunam com o comportamento *cíclico* da economia. Mais uma vez, o texto de Keynes nos deixa no vazio — de nada valendo, a este propósito, as afirmações do tipo: "Em todos os momentos o vago medo, o pânico e as igualmente vagas e impensadas esperanças não chegam a ser apaziguadas, e permanecem apenas um pouco abaixo da superfície" [Keynes (1973c, p. 115)].

Na tradição do ciclo, a incerteza, enquanto algo inerente ao comportamento humano, é omitida. No entanto, é importante perceber que, se a incerteza (no sentido de Keynes) não é aí considerada, existem sim *indeterminações* como resultado do entrelaçamento das trajetórias dos setores (com agentes munidos de diferentes critérios de decisão) e das rendas. No auge, por exemplo, um foco de indeterminação consiste em que a credibilidade dos tomadores de empréstimo é definida por critérios que lhes são alheios. Além disso, as ondas especulativas (características desta fase) têm, reconhecidamente, desenlaces imprevisíveis. Também a saída da depressão é vista por diferentes integrantes da tradição do ciclo como algo que comporta elevado grau de indeterminação. Comprovam-no os rebates falsos, ou "recuperações abortadas", de que fala Mitchell. Nestes casos, certos mecanismos expansivos (por exemplo a reposição de estoques) che-

⁷ Nota (carta), datada de 13 de dezembro de 1936, em Keynes (1973c, p. 108).

⁸ Mudança caleidoscópica seria aquela em que a situação altera-se "abruptamente para algo totalmente diferente". Cf. Shackle, (1968, p. 5), onde a comparação é sugerida.

garam a ser acionados, mas o impulso inicial se esvai, sem que chegue a ser ativada a construção de novas plantas.

Sem obter resultados satisfatórios em suas tentativas de inserção do ciclo na *Teoria Geral* — constatação prontamente feita por Harrod e posteriormente ratificada por Hicks⁹ —, Keynes termina o Capítulo 22 flertando com a idéia de que as oscilações observadas nas colheitas forneceriam uma base para a explicação do ciclo. Keynes saltava, assim, de um psicologismo exacerbado para um “objetivismo” não menos despropositado.

A meu juízo, as investidas feitas nos Capítulos 18 e 22 simplesmente não podiam dar certo. E isto porque, numa obra dedicada a explicar “o que determina o volume de emprego a qualquer momento”, o ciclo não poderia ser acrescentado ao final. Na economia de que fala a *Teoria Geral*, os movimentos refletem mudanças ocorridas em variáveis “independentes” (de natureza psicológica), ou introduzidas via política econômica. Numa palavra, as situações não se agravam e não se corrigem por *reações* dos agentes econômicos, induzidas pelas próprias circunstâncias com que se deparam.

A mais grave conseqüência desta suposição, que impregna a *Teoria Geral*, viria à tona nos anos 60, sob a forma de uma pretensa *onipotência* da política econômica de inspiração keynesiana. Sua desmoralização em fins da década facilitou, indubitavelmente, a restauração da crença de que as economias ditas de mercado seriam ingovernáveis.

Bibliografia

AFTALION, A. La teoría de los ciclos económicos basada en la técnica capitalista de producción. In: HANSEN, A., e CLEMENCE, R., eds. *Leciones sobre ciclo económico y renta nacional*. Argentina, Instituto Interamericano de Estadística, 1956.

BARANOVSKY, M. T. *Les crises industrielles en Angleterre*. M. Giard e E. Brière, 1913.

⁹ Em comentário datado de 15 de abril de 1937, Harrod comunica a Keynes que, na sua opinião, “seu tratamento do ciclo foi meramente fragmentário, por falta de uma teoria do que governa o volume de investimento” [Keynes (1973c, p. 173)]. De sua parte, Hicks (1950, p. 1) declararia que: “A economia keynesiana, a despeito de tudo o que fez para o nosso entendimento das flutuações dos negócios, deixou, sem qualquer dúvida, pelo menos uma grande questão inexplicada; e esta questão é nada menos que o próprio ciclo de negócios”.

- CASSEL, G. *Economia social teórica*. M. Aguilar, 1946.
- . Los factores determinantes de los movimientos de coyuntura. In: HANSEN, A., e CLEMENCE, R., eds. *Lecciones sobre ciclo económico y renta nacional*. Argentina, Instituto Interamericano de Estadística, 1956.
- CASTRO, A. B. de O retorno do ciclo. In: CASTRO, A. B. de. *O capitalismo ainda é aquele*. Forense Universitária, 1979a.
- . Porque não Kalecki. In: CASTRO, A. B. de. *O capitalismo ainda é aquele*. Forense Universitária, 1979b.
- DAVIDSON, P. *Money and the real world*. 2. ed. Londres, The Macmillan Press, 1978.
- GARVY, G. Keynes and the economic activists of Pre-Hitler Germany. *Journal of Political Economy*, Chicago, 83 (2):391-405, 1975.
- HABERLER, G. *Prosperity and depression*. League of Nations, 1941.
- HANSEN, A. *A guide to Keynes*. New York, MacGraw-Hill, 1953.
- HICKS, J. R. *A contribution to the theory of the trade cycle*. Oxford, Clarendon Press, 1950.
- KELLER, R., e CARLSON, J. L. A neglected chapter in Keynes' *General Theory*. *Journal of Post Keynesian*, White Plains, N. Y., 4 (3):404-12, 1982.
- KENWAY, P. Marx, Keynes and the possibility of crisis. *Cambridge Journal of Economics*, Londres, 4 (1):23-36, mar. 1980.
- KEYNES, J. M. *A treatise on money*; part 1: the pure theory of money. Londres, Macmillan, 1971a. (The collected writings of John Maynard Keynes, 5.)
- . *A treatise on money*; part 2: the applied theory of money. Londres, Macmillan, 1971b. (The collected writings of John Maynard Keynes, 6.)
- . *The general theory of employment, interest and money*. Londres, Macmillan, 1973a. (The collected writings of John Maynard Keynes, 7.)
- . *The general theory and after*; part 1: preparation/edited by Donald Moggridge. Londres, Macmillan, 1973b. (The collected writings of John Maynard Keynes, 13.)
- . *The general theory and after*; part 2: defence and development/edited by Donald Moggridge. Londres, Macmillan, 1973c. (The collected writings of John Maynard Keynes, 14.)

- KREGEL, J. A. I fundamenti marshalliani del principio della domanda efetiva di Keynes. *Giornale degli Economisti e Annali di Economia*, ano XXXIX (Nova Série), n.º 3/4, mar./abr. 1980.
- MARSHALL, A. The economics of industry. In: HANSEN, A., e CLEMENCE, R., eds. *Lecciones sobre ciclo económico y renta nacional*. Argentina, Instituto Interamericano de Estadística, 1956.
- METZLER, L. Keynes and the theory of business cycles. In: HARRIS, S. E., ed. *The new economics*. New York, Knopf, 1947.
- MINSKY, H. *John Maynard Keynes*. New York, Columbia University Press, 1975.
- MITCHELL, W. *Business cycles: the problem and its setting*. National Bureau of Economic Research, Inc., 1968.
- MOORE, G. *Productivity, economic growth and inflation: recent experience in the light of Mitchell's hypothesis*. Apresentado em: Conference on an Agenda for Economic Research on Productivity. Washington, 1973.
- ROBINSON, J., e EATWELL, J. *An introduction to modern economics*. MacGraw-Hill, 1973.
- SCHUMPETER, J. *Teoría del desarrollo económico*. México, Fondo de Cultura Económica, 1957.
- SHACKLE, G. L. *The years of high theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 1967.
- . *A scheme of economic theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 1968.

(Originais recebidos em maio de 1986.)